

CPI decide hoje quebras de sigilo

A CPI do Orçamento decide hoje, pela manhã, em sessão secreta, a quebra do sigilo bancário do fantasma Wanderlan Dias Soares, do ex-capataz da fazenda do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), do jornalista Ronaldo Junqueira, da Fundação Essência e da sua presidente, Joana D'Arc. Todos estão ligados com a movimentação bancária do governador, citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos por envolvimento com as fraudes na Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

A CPI encontrou cheque de Wanderlan Dias Soares, o fantasma, emitido em favor do jornalista Ronaldo Junqueira e deste para o governador Joaquim Roriz. Para a CPI, neste caso, foi fechado o círculo de transferência de dinheiro. Wanderlan Soares, nos últimos cinco anos, movimentou 735,8 mil dólares. Já o capataz Valdivino Pinheiro movimentou 990,2 mil dólares. O ex-empregado do governador afirmou que nunca teve tal quantia e que foi usado por alguém. Roriz distribuiu, do valor depositado em sua conta, 53 mil dólares entre sete deputados distritais, todos seus aliados na Câmara Distrital.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), dis-

CARLOS MOURA



Passarinho, de costas, na reunião de CPI: definição de competência

se que o que for apurado e não tive relação com as irregularidades do Orçamento será enviado ao Ministério Público Federal e à Câmara Distrital, instâncias que têm competência para julgar o governador de Brasília. A maior parte das acusações não está relacionada com o Orçamento.

A Subcomissão de Bancos já tentados revelando que a suposta assinatura do ex-capataz Valdivino Pinheiro, encontrada no verso de cheques administrativos do Banco Progresso não confere com a assinatura do ex-capataz de Ro-

riz, em pelo menos dois documentos. O ex-empregado do governo garantiu que jamais esteve no Banco Progresso. Na agência bancária, ninguém também quis esclarecer quem abasteceu com quase um milhão de dólares, em nome do ex-capataz, as contas de Roriz e dos sete deputados distritais.

Banco mudo — O gerente-geral do banco, em Brasília, Clair Borges, está de férias. Seu substituto, Luiz Lara, disse que as informações sejam prestadas pelo gerente-administrativo, Rodney

Teixeira. Este, por sua vez, disse que não tinha autorização para dar informações e repassou a competência para a direção do banco, em Belo Horizonte. Na capital mineira, o banco informou que as explicações seriam dadas pela diretoria de marketing, em São Paulo. Em São Paulo, a diretoria de Marketing disse que as informações seriam fornecidas pelo diretor-jurídico, Luiz Antônio Moraes, mas ele estava viajando e não foi localizado.

O Ministério Público vai aguardar a conclusão dos trabalhos da CPI do Orçamento para decidir se determina ou não a abertura de inquérito na Polícia Federal para investigar o governador Joaquim Roriz. O coordenador da Subcomissão de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), disse que os fatos até agora apurados representam crime e devem ser investigados tanto pelo Ministério Público quanto pela Polícia.

Através de sua assessoria de imprensa, o governador Roriz disse que o ex-capataz Valdivino Vieira está mentindo para o prejudicar, pressionado por adversários políticos. O governador garante ter provas de que Valdivino era seu procurador numa aplicação em RDBs.